



Relatório e Contas 2015

Banco de Investimento Rural

Índice

Principais indicadores	3
Estrutura de Gestão	4
Estrutura Accionista	8
Gestão e Supervisão das Direcções	10
Enquadramento Macroeconómico	13
O BIR	17
Áreas de Negócio	19
Áreas de Suporte	22
Perpectivas para 2016	30
Demonstrações Financeiras	31
Notas às Demonstrações Financeiras	35
Relatório do Auditor Externo	49
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	50





Principais Indicadores

	2015
Activo Total	1.469.126
Crédito Bruto	175.133
Depósitos de Clientes	298.948
Produto Bancário	15.941
Margem Financeira	10.961
Resultado Líquido	-979.706
Fundos Próprios Regulamentares	782.860
Rácio de Solvabilidade	94,31%
Rendibilidade do Activo Total (ROA)	-66,69%
Rendibilidade dos Fundos Próprios (ROE)	-90,30%
Rácio de Transformação	58,58%
Nº Balcões	1
Nº ATM	2
Nº Colaboradores	32

Montantes expressos em milhares de kwanzas, excepto quando indicado em percentagem



Modelo de Gestão - Órgãos Sociais

A estrutura de gestão é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comissão de Remunerações, todos eleitos pela Assembleia Geral de Accionistas.

Os membros dos órgãos sociais são nomeados pela Assembleia Geral por um quadriénio. Para cada mandato é aprovado pelos accionistas um plano de negócios cuja implementação é da responsabilidade do Conselho de Administração. O actual mandato decorre de Fevereiro de 2014 a Fevereiro de 2017, mantendo-se no entanto o Conselho de Administração em funções até à realização da Assembleia Geral anual.

O Conselho de Administração é composto por (5) membros, sendo (3) executivos que integram a sua Comissão Executiva e (2) não executivos, tendo por base um modelo de governação, reflectindo a separação de poderes entre o Conselho de Administração – ocupando-se este com a estratégia, supervisão e controlo e a Comissão Executiva com a gestão operacional do Banco.

O modelo de governação e gestão escolhido, ainda em fase de implementação, visa o reforço dos poderes da Assembleia Geral, equilibrando os relacionados com a responsabilidade de supervisão e controlo, através da reportabilidade directa do Conselho Fiscal, Comissão de Remunerações e Conselho Superior de Estratégia– conferindo este ultimo, um espaço dos accionistas /investidores, para a sua intervenção e acompanhamento da gestão do Banco em matérias ligadas à concepção, formulação e vigilância de políticas, estratégias e actividade operacional substantiva do Banco.

As reuniões do Conselho de Administração nas quais se integram os administradores não executivos são realizadas no mínimo mensalmente, sendo a agenda definida pelo Presidente do Conselho de Administração. A agenda da sua reunião regular, particularmente, nesta fase de implementação do Banco e, face ao quadro social e económico do país, tem vindo a privilegiar um forte compromisso com a evolução da sua gestão o que leva à adopção sistemática de iniciativas que fortaleçam e sustentem a operação BIR.

Pelo facto, o Conselho de Administração com a evolução e adequação do Banco e sua gestão, tem levado ao estabelecimento de medidas que incluem a estruturação de órgãos colegiais (comités) e aprimoramentos em relação à gestão de riscos. A administração e os comités, alguns ainda substituídos pelo Conselho de Administração, são apoiados por um vasto número de relatórios, com periodicidades pré-definidas, cobrindo quase todas as áreas operativas.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	João Henriques Pereira
Secretária Geral	Arminda Júlia Coelho Mateus

Conselho de Administração/ Comissão Executiva

Presidente do Conselho de Administração	António da Silva Inácio
Presidente da Comissão Executiva	Rosário José Matias
Administradora Executiva	Fernanda Santos
Administradora Executiva	Joana da Paixão Franco
Administrador não executivo	Manuel João Fonseca

Conselho Fiscal

Presidente	Faustino Mpemba Madia
1º Vogal	Carlos Ferraz
2º Vogal	Nuno Ricardo Duarte Barros



Estrutura Accionista

A 31 de Dezembro de 2015 o capital do BIR era detido por cinco accionistas, com a seguinte composição:

Accionistas	Participação
Hélder Marcos Nunes da Silva	20%
Joana da Paixão Franco	20%
João Henriques Pereira	20%
Manuel João Fonseca	20%
Valdomiro Minoru Dondo	20%

Auditor Externo

PWC – (Contratado em Setembro de 2015)

A auditoria externa é, assegurada pela PricewaterhouseCoopers & Associados Lda. De acordo com a legislação em vigor (Aviso nº 4/2013 do BNA), os auditores externos não poderão permanecer por um período superior a quatro anos. O Banco segue uma política de garantir a independência e objectividade dos auditores externos.



Gestão e Supervisão das Direcções

O organigrama do Banco é caracterizado por uma estrutura plana e, adaptável às exigências regulamentares e operacionais.

Esta estrutura permite simultaneamente uma clara segregação das funções de cada direcção e linhas de comunicação directas e rápidas.

Dada a dimensão das direcções, esta estrutura com um efectivo de (32) colaboradores (incluindo o Conselho de Administração), permite o intercâmbio directo, necessário e operativo com a administração.

Os colaboradores estão distribuídos pelas diferentes áreas do banco, conforme organigrama abaixo referido, dos quais:

Administração	5
Direcção	9
Técnicos	7
Administrativos	11

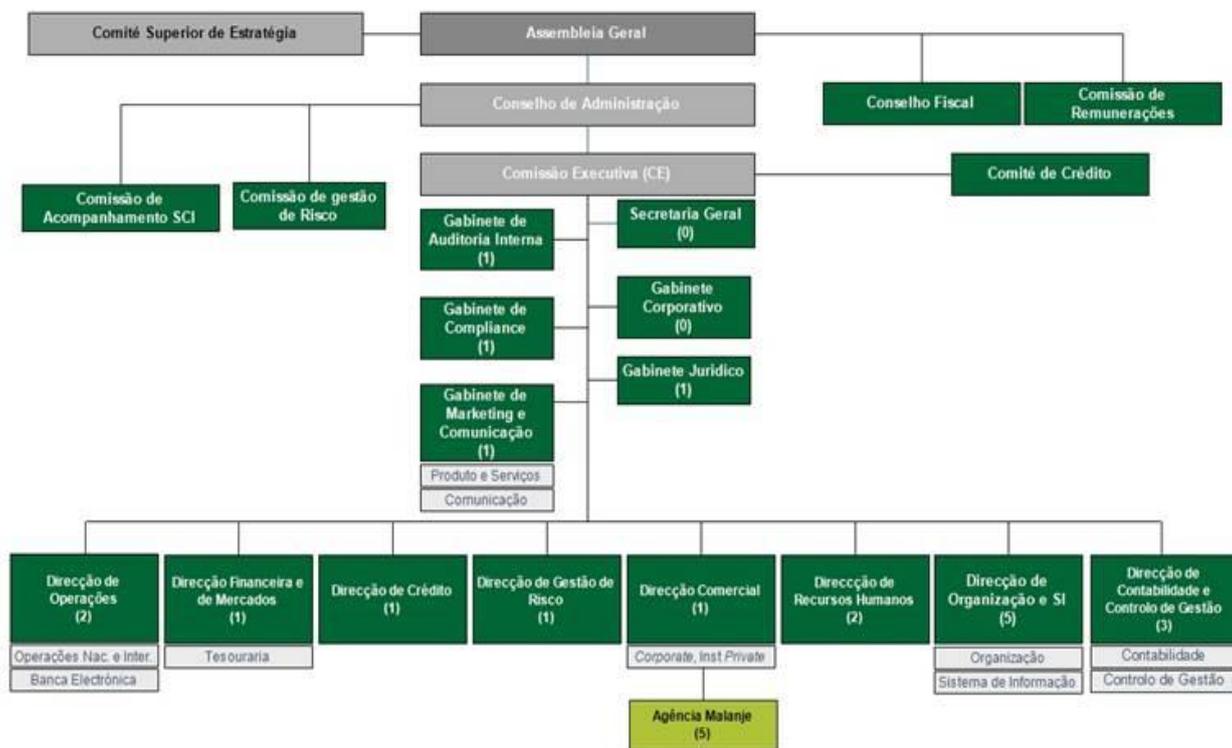
Cada direcção dispõe de um conjunto de funções e atribuições bem definidas, que inclui a gestão não só da sua direcção, mas também, em alguns casos, acumulando outras de outras direcções, devido a não implementação completa do Banco.

A média etária dos colaboradores é de 34 anos. A nível de formação académica, 77% dos colaboradores são licenciados ou frequentam a universidade.

Os programas de capacitação efectuados visam sobretudo, não só, a adaptação ao nicho de negócio que o Banco está focalizado, mas também, da banca comercial e ao cumprimento dos regulamentos de gestão emanados pelo órgão central.

As direcções apresentam um conjunto de relatórios e informações adicionais para acompanhamento da sua actividade pelo Conselho de Administração, que conta com o apoio directo dos seus administradores de pelouro.

As principais decisões de gestão corrente de cada direcção são sempre tomadas com o respectivo responsável e administrador do pelouro.





Enquadramento Macroeconómico

A Economia Mundial

O Fundo Monetário Internacional (FMI) cortou as suas projecções de crescimento global pela terceira vez em menos de um ano, citando uma forte desaceleração do comércio chinês e preços fracos das *commodities*, que estão a afetar a economia global e, em particular, dos mercados emergentes.

O Banco Mundial, no relatório “Perspectivas Económicas Globais”, divulgado pela instituição, reduziu as previsões de crescimento da economia mundial em 2016 de 3,3%, para 2,9%.

O Banco, entretanto, destaca que a economia mundial está a aumentar o ritmo de crescimento, em comparação com o resultado de 2,4% de 2015. Os países em desenvolvimento crescerão em 4,8%, os EUA em 2,7%, a zona do euro em 1,7% e a China em 6,7%.

Fraco crescimento dos mercados emergentes

O principal bloqueio do crescimento económico mundial serão os países emergentes, cujos mercados poderão exercer influência negativa sobre o crescimento global em 2016. No entanto, a actividade económica deverá sofrer um leve aumento até 2,9%, comparando com o de 2,4% em 2015, a medida que as economias desenvolvidas “acelerarem”.

Entretanto, em 2015, o crescimento foi menor do que o esperado, em função da queda do preço das matérias-primas, do encolhimento do comércio internacional e do fluxo de capitais, bem como da volatilidade financeira.

Segundo previsões, as economias emergentes crescerão 4,8% em 2016, ou seja, menos do que o esperado, após o menor nível de crescimento das mesmas desde a crise, em 4,8% no ano de 2015. O crescimento será, novamente, reduzido na China, enquanto a Rússia e o Brasil permanecerão em recessão em 2016, sendo preocupante registar o aumento dos riscos nos últimos seis meses, tornando evidente a necessidade de uma política qualificada a ser implementada pelos bancos centrais na área monetária e pelos governos na área fiscal.

Crescimento no mundo

Na América Latina, em geral, há previsão de lenta recuperação, após a recessão de 0,9%, sofrida em 2015, mas o crescimento será nulo. No Oriente Médio o crescimento será de 5,1%, contra 2,5% em 2015, em função da retirada das sanções contra o Irão, que, desse modo, desempenhará um papel estratégico nos mercados globais de energia. Também devem crescer outros exportadores de petróleo, se os valores do produto estabilizarem.

Na região, Oriente Médio, permanecem os riscos de escalada de conflitos e da queda dos preços do petróleo.

O sul da Ásia apresenta boas perspectivas de crescimento e apresenta o resultado de crescimento de 7% em 2015. É de realçar que, desde o ano passado, a Índia passou a liderar o crescimento económico global, com estimativas de expansão de 7,3% em 2015, e previsões de 7,8% em 2016 e 7,9% em 2017.

Já em África, o crescimento, excluindo os países do norte africano, é de 3,4% registado em 2015.

A Economia em Angola

O ajustamento da economia angolana tornou-se inevitável devido ao acelerado declínio do preço do petróleo, que teve como consequências fortes quedas nas receitas das exportações e nas receitas fiscais em 2015. As receitas das exportações de bens deverão ter caído perto de 40% em relação a 2014, induzindo um elevado défice da balança de pagamentos, em especial da balança corrente, que quase quadruplica o valor do défice registado em 2014, passando de 1.951 milhões de dólares (1,5% do PIB) para 7.784 milhões (7,6% do PIB esperado). A análise é feita tendo como ponto de partida dois documentos: o Orçamento Geral de Estado (OGE) e o relatório do Fundo Monetário Internacional “Angola – FMI Country Report – Diagnóstico e recomendações”. Da análise aos documentos, verifica-se que nas receitas fiscais, a previsão é de uma queda de 34,6% do PIB em 2014 para 27,4% em 2015. A queda obrigou a uma contenção nas despesas, em especial das despesas de capital. Ainda assim, para 2015, o FMI prevê um défice orçamental de 3,5% do PIB, que, segundo as estimativas do Fundo, descerá em 2016 para 1,5%. Este número difere fortemente dos 5,5% inscritos no Orçamento Geral do Estado para 2016. Os montantes a que é contabilizado o preço do barril de petróleo pelas duas partes – Governo e FMI – explicará, assim, uma parte da divergência entre as duas previsões para o défice.

O FMI partiu de um valor de 53 dólares/barril, contra 45 dólares do Orçamento. O FMI reconhece que a resposta das autoridades de Angola ao choque petrolífero, através da política orçamental, monetária e cambial “foi adequada”. Apesar disso e considerando os “elevados riscos” que se colocam à economia do país por força da “persistência de um mercado petrolífero desfavorável”, é de se prever um conjunto de recomendações nas vertentes da política orçamental propriamente dita, da política cambial e monetária, da estabilidade financeira, onde se regista a necessidade das reformas estruturais e de capitalizar os bancos.

Portanto, o sector bancário, para além de sofrer o impacto da crise do sector petrolífero e da redução do investimento publico e privado, tem vindo a suportar significativa pressão regulamentar, o aumento da concorrência e todos os constrangimentos operacionais decorrentes do funcionamento do mercado cambial.

A Inflação

Impacto da desvalorização do Kwanza a 31 de Dezembro de 2015

A moeda angolana sofreu acentuada desvalorização ao longo do ano de 2015 em cerca de 30% face ao dólar.

Esta depreciação cambial surge num momento em que a entrada de divisas na economia tem diminuído.

A diminuição do preço do petróleo nos mercados internacionais e, conseqüentemente, das receitas petrolíferas têm contribuído para a crescente desvalorização da Moeda Nacional.

No final do ano, no período compreendido entre 31 de Dezembro de 2015 á 4 de Janeiro de 2016, a Taxa de Câmbio do BNA passou de 135.986 para 156.386 reflectindo, uma desvalorização de cerca de 15% em relação a taxa anterior.

Este aumento gerou um agravamento no custo das operações cambiais acumuladas ao longo do ano de 2015, com efeitos imediatos no aumento da constituição das Reservas por parte das instituições bancárias com impacto directo nas contas de clientes e empresas, assim como na desvalorização acentuada dos activos das instituições.

Registou-se, a terceira desvalorização da taxa de câmbio oficial em sete meses tendo a cotação kwanzas/dólar, atingido 156,386 porém, ainda longe do praticado no mercado informal. A continuação da descida das receitas petrolíferas significa que ao longo de 2016 se irá manter a falta de divisas. Com esta desvalorização, as importações tornaram-se mais caras, gerando pressões inflacionistas. Por outro lado, as receitas petrolíferas medidas em moeda angolana aumentaram, contribuindo para conter, em termos nominais, o défice das contas públicas.

Por outro lado, a taxa de inflação cifrou-se em 14,27% em Dezembro, indicando uma subida acentuada em relação a Janeiro (7,44%), e o regresso da ameaçadora cifra de dois dígitos.



O BIR



O Banco de Investimento Rural (BIR) é a 24^a instituição financeira em Angola, fundada em 2013, com um capital realizado de Akz 2,065 M. É um banco de matriz regional e, com este capital, está, temporariamente, por imperativos regulamentares inibido de exercer a sua actividade comercial na província de Luanda.

Foi inaugurado em 28 de Fevereiro com a abertura do primeiro balcão em Malanje, por determinação regulamentar do BNA, tendo os primeiros (6) meses de actividade sido absorvidos na operacionalização dos processos tecnológicos, administrativos, operacionais e de negócio.

O Banco de Investimento Rural foi criado a pensar na satisfação das necessidades do sector do agronegócio, vindo deste modo preencher um espaço no sistema e, enriquecer a oferta de serviços bancários.

Enquanto instituição bancária, o BIR tem como objectivo ser uma entidade diferenciadora na forma como endereça as necessidades deste mercado, nomeadamente nas competências técnicas e financeiras que disponibiliza, assim como nas relações que mantém com os agentes e entidades ligados ao meio rural.

O BIR ambiciona implementar os seus balcões em municípios com reduzida oferta bancária contribuindo assim para um crescimento económico mais homogéneo e equilibrado, sem descuidar, naturalmente, os centros de decisão de negócio.

Apresentando também uma visão integrada do mundo rural, a aposta do BIR assenta na oferta de uma gama de produtos e serviços de valor acrescentado de Banca Comercial, assim como de Banca de Investimento especializada, decorrente do crescimento e evolução do volume de negócios e respectivos agentes.

Principais Acontecimentos

Novembro de 2013 – Constituição do Banco de Investimento Rural

O Banco nacional de Angola autoriza a constituição da instituição financeira bancária o Banco de Investimento Rural, SA, com sede social na cidade de Malanje.

28 de Fevereiro de 2015 – Inauguração oficial do Banco de Investimento Rural

O BIR inaugura a sua primeira agência no final do exercício de 2015 na cidade de Malanje. A sede com o objectivo de concentrar todos os serviços centrais é contígua à agência e, são obras de raiz e financiadas pelo Banco.

O espaço projectado para a agência e sede do Banco, expressa o foco de negócio e a aposta dos promotores no engajamento da diversificação da economia, respondendo assim a necessidade, no alinhamento económico do país.

Julho de 2015

Arranque efectivo de todos os aplicativos informáticos e, conseqüentemente, a operação do BIR (Dentre os quais, Swift, STC, SPTR, CIRC, SIGMA, SGMC, SINOC, SSIF Multicaixa e ATM's)

Outubro de 2015 – Abertura de banco correspondente

Em Outubro, conclui-se o processo de abertura de correspondente e, no início de Novembro, começa a participar nas sessões de leilões do BNA.

BIRNET

Em Novembro, foi lançado o website oficial do BIR na Internet.

Durante o ano, foram ainda desenvolvidas e realizadas parcerias no âmbito institucional e privado dos quais se destacam as seguintes:

- UNACA/AIA (União Nacional das cooperativas de Angola e Associação Industrial de Angola)
- BIC Europa (No âmbito do estabelecimento de correspondente bancário)
- Odell (Odell Global Investors – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S. A)
- Ministério da Economia (Programa Angola Investe)
- FGC (Fundo de Garantia de Crédito – Programa Angola Investe)
- IFE (Instituto de Fomento Empresarial)
- INAPEM (Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas)
- Agrícola CCCAM (Caixa Central de Crédito Mútuo/Memorando de Entendimento)



Áreas de Negócio

BANCA COMERCIAL

A área de Banca Comercial tem como missão a prestação de serviços de elevada qualidade ao sector empresarial, ao abrigo de uma estratégia de negócio claramente definida, que envolve a captação selectiva de clientes.

O principal mercado de actuação do Banco é constituído por empresas angolanas com actividade em Angola ou que desenvolvam relações comerciais com outros Países nomeadamente Portugal e Brasil.

Neste nicho de mercado o BIR distingue-se pela capacidade de criação de valor para os seus clientes, através da prestação de serviços financeiros de forma ágil e flexível e, aproveitando a experiência e as sinergias que resultam do facto da sua sede estar em Malanje, zona com forte tendência para o agronegócio.

Apesar do país encontrar-se numa fase financeira crítica, o segmento do agronegócio, continua a ser um sector atractivo na economia, face as potencialidades existentes. O facto da estrutura financeira das empresas angolanas apresentar, de uma forma geral, um nível de endividamento excessivo, exige por parte das instituições providências cautelosas na concessão de crédito.

A actividade comercial teve como objectivo, reconhecer, crescer e massificar a carteira de recursos de clientes. Foi implementado um conjunto de medidas, visando agir com eficácia e eficiência do desempenho comercial, entre as quais destacamos:

Grandes Empresas e Particulares

- Reconhecimento do mercado e concorrência;
- Captação / Fidelização de Grandes Grupos empresariais;
- Recolha e avaliação da diversificação dos processos de crédito;
- Negociações de processos de crédito, no âmbito do Programa Angola Invest.



Áreas de Suporte

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O plano da direcção dos sistemas de informação tem por objectivo a melhoria substancial dos serviços aos clientes, assegurar a integridade e segurança dos sistemas e comunicações, bem como apoiar todas as áreas do banco nas suas necessidades operacionais.

Como tarefas principais esteve envolvido no arranque, estabilização e adequação do sistema interno do Banco e ligação dos aplicativos com os diferentes provedores, nomeadamente a Exictos, Emis, Swift e BNA.

GESTÃO DO RISCO

A gestão do risco é encarada como elemento central da visão e estratégia da Instituição. Assim, a função de gestão do risco é independente das áreas tomadoras do risco e apresenta mecanismos de decisão e controlo directamente dependentes do Órgão de Administração.

A gestão de risco no Banco de Investimento Rural tem vindo a assumir uma acrescida importância, em alinhamento com a política corporativa do mercado em que se encontra inserido, procurando seguir as boas práticas e princípios nesta área, nomeadamente em termos de independência, transparência, segregação de funções, visão global e gestão integrada dos vários tipos de riscos, financeiros e operacionais.

O Banco possui um conjunto de linhas orientadoras e políticas para cada categoria de risco que assentam, essencialmente, na identificação dos riscos, na sua avaliação qualitativa e quantitativa e posterior definição de prioridades, na determinação de planos de ação e posterior monitorização do risco desde a análise até ao nível aceite pela instituição.

Para a gestão dos riscos, o Banco formalizou a Política de Gestão do Risco que é encarada como o documento estrutural, a qual engloba a totalidade dos riscos considerados relevantes que decorrem da sua actividade, na medida da sua dimensão, natureza e complexidade.

A Política de Gestão do Risco e o Perfil de Risco assume-se como o documento principal na actividade do Banco, sendo que o seu conteúdo deverá ser revisto com periodicidade, no mínimo anual, e, caso seja necessário, efectuar-se a respectiva actualização. Particularmente, em consequência do Banco estar a iniciar a sua actividade, os limites presentes no documento devem ser revistos quando a Instituição começar a ter dados históricos sobre as suas operações. Os riscos descritos, representam os que mereceram por parte do Banco maior acuidade.

1. Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito é composta pelas etapas, de decisão, formalização, monitoramento e cobrança, adaptados ao perfil dos clientes e segmentos do “Banco BIR”, que possibilitam o acompanhamento contínuo da qualidade da carteira de crédito. A formulação e implantação de políticas e procedimentos de crédito e cobrança, actualmente, estão a cargo do Responsável pela Direcção Comercial.

Consciente da importância e controlo desta variável, o Banco tem já implementado o Modelo de Avaliação do Risco de Crédito de Particulares (*Scoring*) e Empresas (*Rating*)

2. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez ocorre quando as reservas e disponibilidades de uma instituição não são suficientes para honrar as suas obrigações, isto quando o fluxo de caixa é incapaz de liquidar atempadamente os seus compromissos com terceiros.

É efectuado pelo Conselho de Administração, um acompanhamento e análise regular do grau de liquidez da instituição, com base no qual, são definidas todas as acções de gestão a empreender pelo Banco.

Entretanto, diariamente, os responsáveis da banca comercial, controlo de gestão e financeira, juntamente com o administrador do pelouro, avaliam a posição financeira do banco, bem como, a ponderação na gestão prudente e rentável das disponibilidades existentes.

É política do Banco observar um rácio de transformação dos depósitos em crédito em níveis compatíveis com a estrutura de depósitos, aumentando o nível de liquidez a curto prazo, medido pelo rácio entre os passivos com maturidade superior a 6 meses sobre o total dos passivos.

Para o efeito, a negociação de linhas de financiamento a médio e longo prazo, são uma prioridade na captação dos fundos para a gestão futura do Banco.

3. Risco de mercado

O Risco de Mercado resulta da variação dos activos e passivos causados pelas incertezas nos preços e taxas de mercado (como as taxas de juro, acções, taxas de câmbio e preços de *commodities*)

O risco proveniente de movimentos nas taxas de juro provocam desfasamentos no montante, nas maturidades ou nos prazos de refixação das taxas de juro, observadas nos instrumentos financeiros com juros a receber e a pagar.

Este risco define-se como o risco originado pelas flutuações das taxas de juro e é estimado através da análise aos vencimentos e reapreciações das operações de activo e passivo do balanço.

Devido a instabilidade do mercado financeiro, este risco é acompanhado mensalmente com base em informação estatística.

Relativamente ao risco cambial, o impacto sobre as alterações é medido sobre a exposição cambial, fundos próprios regulamentares, margem financeira, resultados em operações cambiais e resultados antes dos impostos.

Pelo facto, o risco cambial é proveniente de movimentos nas taxas de câmbio que alteram as posições cambiais do Banco, devido à existência de instrumentos financeiros denominados em diferentes moedas.

Este risco é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio, provocados por alterações no preço de instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira ou pela alteração da posição competitiva da instituição devido a variações significativas das taxas de câmbio.

4. Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Em linha com o Aviso do BNA nº 02/2013 de 19 de Abril, Assunto: Controlo Interno, Capítulo III - Sistema de Gestão de Risco, o Banco BIR definiu uma política de gestão do risco operacional, aprovada pela Administração, que compreende o uso da matriz de risco e controles como ferramenta no processo de administração desse risco.

A matriz de risco e controlo tem por objectivo identificar, avaliar, tratar, controlar e monitorar os riscos aos quais as actividades e negócios estejam sujeitos, mediante a avaliação dos impactos e probabilidade de ocorrência. Esta é periodicamente revisada, visando sua constante actualização.

No BIR a identificação e avaliação do risco operacional realiza-se mediante a análise dos processos do Banco e da informação gerada pelos órgãos do mesmo, nomeadamente no reporte permanente das diferentes Unidades Orgânicas sobre eventos com risco operacional ocorridos (incluindo reclamações de Clientes), por forma a identificar situações que necessitem de imediata correcção.

AUDITORIA INTERNA

É da responsabilidade do Gabinete de Auditoria Interna (GAI) monitorizar o sistema de controlo interno do Banco através do desenvolvimento de acções de avaliação para aferir sobre a sua adequação e eficácia, propondo e reportando ao Conselho de Administração medidas para a melhoria do sistema quando identificadas deficiências na sua concepção ou implementação.

As acções de auditoria têm tido um papel importante na avaliação do cumprimento e da adequação processos de negócio do Banco que são um dos pilares do sistema de gestão do risco operacional do Banco.

COMPLIANCE

É da responsabilidade do Gabinete de Compliance cooperar com os órgãos de administração e de gestão no sentido de assegurar que as actividades do Banco BIR se desenvolvem em conformidade com as leis e os regulamentos que disciplinam a actividade financeira, bem como com as políticas e normativos internos, de modo a evitar o risco de se incorrer em sanções ou prejuízos, quer financeiros, quer a nível de imagem e reputação.

É ainda da sua competência a coordenação, gestão e salvaguarda da boa execução dos procedimentos e do Programa na Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, pela disseminação do Código de Conduta – Ética, por assegurar a conformidade com leis nacionais e internacionais, normas e políticas internas, pela colaboração para análise de novos negócios, relação com Órgãos Reguladores e Fiscalizadores e com as auditorias interna e externa, bem como, na prevenção do abuso de mercado.

O controlo e prevenção de actividades de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo (BC/FT) continuam a constituir uma área de relevo, requerendo um escrutínio das operações e um acompanhamento constante das actualizações regulares das normas emitidas pela autoridade de supervisão bancária e por outras entidades nacionais e estrangeiras.

Dentre outros projectos, em 2015 este Gabinete acompanhou a implementação dos normativos e processos de negócio do Banco, tendo em vista o cumprimento das novas exigências preventivas em matéria de BC/FT que decorrem do Aviso do Banco Nacional de Angola.

Neste quadro, o Banco tem implementados os aplicativos e programas de acção em relação a:

1. Função de conformidade
2. Due Dilligence de clientes e Conheça o seu cliente (KYC)
3. Abertura de conta e identificação completa do cliente
4. Identificação de operações suspeitas e seu reporte a Unidade de Informação Financeira



Análise Financeira

O Activo espelha o desenvolvimento da actividade operacional do Banco a partir de Maio, realçando a crise económica e a consequente forte contracção do mercado em geral, que se registou no contexto económico do país.

A estruturação da implementação do banco e a sua localização (única agência, na província de Malanje) também são um factor de menor afirmação no aceleração do seu crescimento.

	Milhares de Akz
	2015
DISPONIBILIDADES	346.213
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	19.540
OPERAÇÕES CAMBIAIS	79
CRÉDITOS	173.382
OUTROS VALORES	532.633
IMOBILIZAÇÕES	397.279

A carteira de depósitos evidencia a afirmação da marca no contexto acima indicado.

	Milhares de Akz
	2015
Depósitos	298.948
Captações de liquidez	0
Obrigações no sistema de pagamentos	1.255
Operações cambiais	618
Outras obrigações	83.313
Provisões para responsabilidades prováveis	0

A margem financeira demonstra a delicada sustentabilidade de operações do banco, devido ainda à frágil e incompleta estruturação e dotação da operação BIR

	Milhares de Akz
	2015
Proveitos de instrumentos financeiros activos	11.392
Proveitos de aplicações de liquidez	9.696
Proveitos de títulos e valores mobiliários	894
Proveitos de crédito a clientes	802
(-) Custos de instrumentos financeiros passivos	(431)
Custos de depósitos de clientes	(431)
MARGEM FINANCEIRA	10.961

O resultado de intermediação financeira, em relação às operações cambiais teve início a partir de Novembro, com a participação do BIR em 6 leilões. A participação do BIR com os demais bancos da praça, obedece aos limites impostos pela regulamentação do banco central, tendo em atenção o seu fundos próprios regulamentares.

Os banco comerciais têm como limitação 20% sobre os seus fundos próprios regulamentares nas operações de leilão junto do BNA.

	Milhares de Akz
	2015
Resultados de Operações Cambiais	1.839
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	3.141
(-) Provisões Crédito de Liq. Duvidosa e prestação de Garantias	(1.751)
RESULTADO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14.190

Os elevados custos administrativos, nomeadamente custos com pessoal e fornecimento de terceiros, está em linha com o longo processo pré-operacional decorrido, incorporando todos os custos suportados pelo Banco desde a fase da Comissão Instaladora (a partir de 2013) até à presente data (31/12/2015).

De realçar que durante este período (de 2013 a Maio de 2015), o Banco não obteve receitas para contrapor os custos operacionais, por se encontrar em estágio pré-operacional.

	Milhares de Akz
	2015
Custos com pessoal	(291.875)
Fornecimentos de terceiros	(630.290)
Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado	(633)
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	(92)
Outros administrativos e de comercialização	(4.460)
Depreciações e Amortizações	(65.916)
RESULTADO OPERACIONAL	(1.243.897)



Perspectivas para 2016

Para o ano de 2016, o Banco irá manter as linhas estratégicas definidas, que consiste em adoptar e prosseguir com um número de acções alinhadas, com a ambição na consolidação do reforço do negócio, de forma a sustentar a operacionalidade da instituição.

O foco do Banco continuará a ser a banca comercial e a banca de investimento, privilegiando o sector do agronegócio.

Desta forma, pretende-se: (i) reforçar a situação financeira do Banco (ii) expandir a rede com um balcão prioritário na província de Luanda (iii) alavancar a marca com uma política consistente e adequada de marketing e comunicação (iv) otimizar e ajustar à estrutura organizacional e regulamentar os recursos humanos e consolidar investimentos tecnológicos (v) fortalecer a vertente da banca comercial (vi) iniciar a implementação da vertente da banca de investimento e, (vii) captar fundos e ou linhas de financiamento para alavancar o negócio no foco definido.

Prevendo-se que se registarão alterações acrescidas regulamentares, neste cenário económico nacional e internacional, o Banco terá que dar atenção redobrada às: (i) exigências de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, (ii) estrutura e métodos do sistema de controlo interno, (iii) métodos de gestão e quantificação de riscos e, (iv) outros relacionados com a obrigatoriedade de adopção das normas internacionais de contabilidade IAS/IFRS, em todas as matérias relacionadas com procedimentos e critérios contabilísticos, que não se encontrem estabelecidos no CONTIF.

Não obstante, identificaram-se 4 tipos de riscos que podem impactar negativamente a economia do País e, afectar directamente a Banca Nacional, como os seguintes:

- Implementação desordenada de cortes orçamentais
- Persistência dos desequilíbrios que se manifestam no mercado cambial (principalmente na depreciação previsível e contínua do Kwanza)
- Atrasos na recapitalização dos bancos financeiramente mais frágeis
- Derrapagem nas reformas estruturais e obstáculos nos incentivos à economia

O Banco continua optimista quanto a evolução do seu posicionamento estratégico em relação ao foco de negócio, que se encontra alinhado à necessidade na diversificação da economia.

Demonstrações Financeiras

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		Milhares de Akz
ACTIVO	NOTA	2015
DISPONIBILIDADES	4	346.213
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ		0
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	19.540
Detidos até á maturidade		19.540
CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS		0
OPERAÇÕES CAMBIAIS		79
CRÉDITOS	6	173.382
Créditos		175.133
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		-1.751
OUTROS VALORES	7	532.633
IMOBILIZAÇÕES	8	397.279
Imobilizações Financeiras		41.337
Imobilizações Corpóreas		95.149
Imobilizações Incorpóreas		260.793
TOTAL ACTIVO		1.469.126
DEPÓSITOS	9	298.948
Depósitos à Ordem		265.300
Depósitos a Prazo		33.648
CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ		0
OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	10	1.256
OPERAÇÕES CAMBIAIS		618
OUTRAS OBRIGAÇÕES	11	83.313
PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS		0
TOTAL PASSIVO		384.135
FUNDOS PRÓPRIOS	12	1.084.991
CAPITAL SOCIAL		2.064.697
RESULTADO DO PERÍODO		-979.706
TOTAL PASSIVO + FUNDOS PRÓPRIOS		1.469.126

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PERÍODO DE 28 FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

		Milhares de Akz
	NOTA	2015
MARGEM FINANCEIRA		10.961
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	13	11.392
Proveitos de Aplicações de Liquidez		9.696
Proveitos de Títulos e valores mobiliários		894
Proveitos de Créditos		802
(-) Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	13	-431
Custos de Depósitos		-431
Resultados de Operações Cambiais		1.839
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros		3.141
(-) Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e prestação de Garantias		-1.751
RESULTADO DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		14.190
PRODUTOS E OUTROS SERVIÇOS		
(-) Custos Administrativos e de Comercialização		-993.896
Pessoal	14	-291.875
Fornecimentos de Terceiros	15	-630.920
Impostos e Taxas Não incidentes sobre o resultado		-633
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras Comerciais e Industriais		-92
Outros Administrativos e de Comercialização Comerciais e Industriais		-4.460
Depreciações e Amortizações	8	-65.916
RESULTADO OPERACIONAL		-979.706
Resultado não operacional		0
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		-979.706
(-) Encargos sobre o resultado corrente		0
RESULTADO DO PERÍODO		-979.706

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS DO PERÍODO DE 28 FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Milhares Akz

ELEMENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAIS
SALDOS INICIAIS	1.250.000	0	1.250.000
Aumentos de Capital	814.697	0	814.697
Resultado líquido do Período	0	-979.706	-979.706
SALDOS FINAIS	2.064.697	-979.706	1.084.991

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO DE 28 FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

		Milhares Akz
DESCRITIVO		2015
I	FLUXO DE CAIXA DA MARGEM FINANCEIRA (II+III)	10.550
II	RECEBIMENTOS DE PROVEITOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS ACTIVOS	10.981
	Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez	9.696
	Recebimentos de Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	483
	Recebimentos de Proveitos de Créditos	802
III	(-) PAGAMENTOS DE CUSTOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS	-431
	Pagamentos de Custos de Depósitos	-431
V	FLUXO DE CAIXA DOS RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS	1.839
VI	FLUXO DE CAIXA DOS RESULTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS	3.141
VIII	FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (I+IV+V+VI+VII)	15.530
	(-) Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização	-927.255
	(-) Pagamentos de Outros Encargos sobre o Resultado	-725
X	RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DE OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS	-927.980
XI	FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES (VIII+IX+X)	-912.450
	Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos	-19.951
	Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos	-175.000
XII	FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-194.951
XIII	FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS EM OUTROS VALORES	-281.944
	Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações	-463.195
XIV	FLUXO DE CAIXA DAS IMOBILIZAÇÕES	-463.195
XV	FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS (XII+XIII+XIV)	-940.090
	Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos	298.948
	Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Operações Cambiais	539
XVI	FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (24+25+26+27+28+29)	299.487
XVII	FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM MINORITÁRIOS	0
	Recebimentos por Aumentos de Capital	1.814.697
XVIII	FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM FUNDOS PRÓPRIOS	1.814.697
XIX	FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM OUTRAS OBRIGAÇÕES	84.569
XX	FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS (XVI+XVII+XVIII+XIX)	2.198.753
	SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	0
	SALDO EM DISPONIBILIDADES AO FINAL DO PERÍODO	346.213
	VARIAÇÕES EM DISPONIBILIDADES (XI+XV+XX)	346.213

Notas às Demonstrações Financeiras

PERÍODO DE 28 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (montantes expressos em milhares de kwanzas angolanos)

1. Constituição e actividade

Por escritura pública de 05 de Novembro de 2013, foi constituído o Banco de Investimento Rural, de agora em diante designado por “Banco” ou “BIR”.

O BIR é um banco regional, com sede na cidade de Malange, e tem como objectivo a actividade bancária, apoiando as pequenas e médias empresas e contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico da região. O início da actividade operacional do Banco ocorreu a 28 de Fevereiro de 2015.

No que se refere à estrutura acionista, o Banco é detido por capitais privados de residentes nacionais.

2. Bases de Apresentação e Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

2.1 Comparabilidade da Informação

Sendo este o primeiro período de preparação das Demonstrações Financeiras são apresentados os montantes com referência ao período decorrido entre 28 de Fevereiro de 2015, data de início da actividade do Banco, e 31 de Dezembro de 2015.

2.2 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em Kwanzas (AKZ) no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, e de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no CONTIF, conforme definido no Instrutivo n.º 09/07 de 19 de Setembro, do Banco Nacional de Angola (BNA), o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010.

As Demonstrações Financeiras relativas ao período de 28 de Fevereiro a 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 23 de Março de 2016.

2.2.1 Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2015 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas (Akz), conforme Aviso nº 15/2007, art. 5º do BNA.

Em 31 de Dezembro de 2015, o câmbio face ao Akz da principal divisa a que o Banco se encontrava exposto (dólar americano) é 135,315 (taxa de encerramento) e 121,015 (taxa média).

3 Principais Políticas Contabilísticas

A seguir são descritas as principais políticas contabilísticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras que, a não ser para os casos especificamente estabelecidos, foram consistentemente aplicadas:

3.1 Especialização dos Exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

3.2 Actualização monetária

De acordo com o Aviso nº2/2009 do Banco Nacional de Angola, no caso de existir inflação, as instituições financeiras devem considerar mensalmente os efeitos da alteração do poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), aos saldos de capital reservas e resultados transitados. Considera-se hiperinflação se a taxa acumulada de inflação durante 3 anos se aproximar ou exceder 100%.

3.3 Transacções em Moeda Estrangeira

Os resultados expressos em moeda estrangeira são registados de acordo com o princípio do sistema multi-moeda, segundo o qual, cada operação é registada exclusivamente em função das moedas intervenientes. De acordo com este método, os saldos contabilísticos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas, no fecho de cada mês contabilístico, através da aplicação da média dos câmbios de compra e venda publicados pelo Banco Nacional de Angola. A taxa de câmbio utilizada no final do período para a conversão em Kwanzas da principal moeda estrangeira, o Dólar Americano, foi aquela que está mencionada na nota nº 2.2.1.

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado.

A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, é registada nas rubricas de “Operações cambiais” do activo ou do passivo, por contrapartida de proveitos ou custos, respectivamente.

3.4 Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco são registados pelo valor efectivamente pago e atendendo às suas características e intenção aquando da aquisição, classificados nas seguintes categorias:

- a) Títulos para negociação;
- b) Títulos disponíveis para venda; e
- c) Títulos mantidos até ao vencimento.

Na categoria títulos para negociação são registados aqueles adquiridos com o propósito de serem activa e frequentemente negociados.

Na categoria títulos disponíveis para venda são registados aqueles com o propósito de serem eventualmente negociados e, por consequência, não se enquadram nas demais categorias.

Na categoria títulos mantidos até ao vencimento são registados os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira do Banco para mantê-los em carteira até ao vencimento. Essa capacidade financeira é comprovada com base em projecção de fluxo de caixa, não considerando a possibilidade de venda dos títulos antes do vencimento.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos para negociação e disponíveis para venda são registados, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo posteriormente, ajustados pelo valor de mercado, considerando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida (i) da conta de proveitos ou custos, no resultado do período, quando referente aos títulos classificados na categoria títulos para negociação; (ii) da conta de fundos próprios, quando referente aos títulos classificados na categoria títulos disponíveis para venda, pelo valor líquido dos efeitos tributários, devendo ser transferidos ao resultado do período, somente aquando da venda definitiva ou reconhecimento de imparidade.

Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, relativos a juros auferidos pela fluência do prazo até ao vencimento ou dividendos declarados, são considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados.

As perdas de carácter permanente em Títulos e Valores Mobiliários são reconhecidas imediatamente no resultado do período, observando que o valor ajustado decorrente do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos. Essas perdas não são revertidas em exercícios posteriores.

De acordo com o CONTIF, o Banco classifica os títulos e valores mobiliários em ordem crescente de riscos, de acordo com os mesmos critérios de provisionamento definidos para o crédito, nos seguintes níveis:

O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do Banco Nacional de Angola no Nível A.

3.5 Crédito

Os créditos são activos financeiros e são registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

As responsabilidades por garantias e avales são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

3.6 Provisões para riscos de crédito

A política de constituição de provisões para riscos de crédito foi alterada, com efeitos a partir de 31 de Março de 2008, com entrada em vigor do Aviso nº 9/07, de 12 de Setembro (posteriormente revogado pelo Aviso 03/2012, de 28 de Março).

As normas mencionadas no referido Aviso 03/12, de 28 de Março estabelecem provisões específicas e definem os seguintes critérios para a constituição de provisões de créditos:

Classificação das operações e provisões

Nos termos do Aviso nº 3/2012, o Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco:

Risco	Nível de Risco	Dias de Atraso	Provisão Mínima Constituída
Nulo	A	Até 15	0%
Muito Reduzido	B	15 a 30	1%
Reduzido	C	30 a 60	3%
Moderado	D	60 a 90	10%
Elevado	E	90 a 150	20%
Muito Elevado	F	150 a 180	50%
Perda	G	Superior a 180	100%

As provisões são constituídas a partir das datas de concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente e em função da análise da qualidade do cliente e da operação.

A classificação de cada operação de crédito é revista anualmente, através de uma reafirmação/avaliação dos critérios que determinaram a sua classificação inicial: perfil económico e padrão comportamental do proponente/cliente, e eventuais garantias associadas, bem como o seu tipo, qualidade e montante de cobertura.

Sem prejuízo da revisão anual, o Banco revê mensalmente a classificação de cada crédito em função do atraso verificado no pagamento de parcela do principal ou dos encargos, observando-se que a classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior risco.

3.7 Imobilizações financeiras

Participações em Coligadas e Associadas

As participações em coligadas e associadas incluem as participações em empresas em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital votante (empresa coligada ou participada). Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual posteriormente é ajustado com base na percentagem efectiva do Banco, nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das coligadas ou equiparadas.

Participações em Outras Sociedades

As participações financeiras em outras sociedades, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição em Kwanzas, realizado no momento da efectivação do investimento, quer a realização tenha sido efectuada em moeda local, como em moeda estrangeira. Sempre que se estimam perdas permanentes no seu valor de realização, são constituídas as respectivas provisões.

3.8 Imobilizações corpóreas e incorpóreas

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição, neste estão incluídos os custos acessórios indispensáveis, ainda que anteriores à escritura, tais como emolumentos notariais, corretagens, impostos pagos na aquisição e outros.

A depreciação do imobilizado é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

Descrição	Anos de Vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em edifícios arrendados	3 a 25
Equipamento informático	3 a 6
Viaturas	4
Outras imobilizações	2 a 10

São registadas como Imobilizações Incorpóreas os custos de aquisição e desenvolvimento de software, utilizados em processamento de dados, os gastos inerentes à constituição, organização, reestruturação, expansão e/ou modernização do Banco, o *goodwill* pago na aquisição, as benfeitorias em imóveis de terceiros, e os produtos em desenvolvimento classificáveis como activos. As Imobilizações Incorpóreas registam-se pelo custo de aquisição e são amortizadas linearmente durante a sua vida útil estimado com base na tabela de amortização vigente.

Os gastos incorridos na fase da pesquisa para o desenvolvimento de novos produtos não são reconhecidos como activos intangíveis, mas directamente como custos em resultados.

3.9 Provisões e Contingências

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.10 Impostos sobre lucros

O BIR encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada à taxa de imposto industrial aplicável de 30%.

Os proveitos dos títulos da dívida pública, resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro) e pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de tributação em sede de Imposto Industrial, de acordo com o previsto da alínea c) do número 1 do Artigo 23º do respectivo Código, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública Angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos.

Os impostos diferidos, activos e passivos, são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um activo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os mesmos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

O Banco está ainda sujeito ao pagamento de IPU, à taxa de 0,5% sobre o valor patrimonial dos imóveis que se destinem ao normal funcionamento da actividade do Banco, conforme definido na Lei nº18/11 de 21 de Abril.

O Banco está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo, bem como outras taxas.

O Decreto Legislativo Presidencial nº 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do IAC, na sequência da Reforma Tributária actualmente em curso.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, nomeadamente rendimentos derivados de aplicações, operações de cedência de liquidez e juros de Títulos do Banco Central.

A taxa genérica é de 10%, mas poderá ser aplicada uma taxa reduzida de 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida pública que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) ou uma taxa de 15%. Este imposto tem, face à redacção actual do Código do Imposto Industrial, a natureza de pagamento por conta, operando esta compensação por via da dedução à colecta que vier a ser apurada nos termos da alínea a) do número 81º do Código do Imposto Industrial.

3.11 Redução no Valor Recuperável de Activos (Imparidade)

O Banco avalia os seus activos periodicamente, tendo em vista a identificação de activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável.

Na avaliação do indício de imparidade, o Banco tem em conta os seguintes indicadores:

- a) Declínio significativo no valor de um activo, maior do que o esperado no seu uso normal;
- b) Mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal, com efeitos adversos sobre o Banco;
- c) Aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de desconto e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
- d) Valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor do mercado;
- e) Evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
- f) Mudanças significativas na forma de utilização do activo, como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco; e
- g) Indicação que o desempenho económico do activo será pior do que o esperado.

4. Disponibilidades

Em 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Milhares de Akz
	2015
Valores em tesouraria em moeda nacional	12.932
Disponibilidades no Banco Central em moeda nacional	321.908
Disponibilidades em instituições financeiras no estrangeiro	11.373
Total	346.213

Os depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas obrigatórias mínimas e outras responsabilidades efectivas não sendo os mesmos remunerados.

As reservas obrigatórias são apuradas actualmente nos termos do disposto do Instrutivo nº 19/2015, de 02 de Dezembro, e são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência.

Em 31 de Dezembro de 2015, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias é apurada através da aplicação de um coeficiente de 25% sobre passivos elegíveis em moeda nacional, exceptuando os depósitos do Governo Local, em que se aplica uma taxa de 50% e Governo Central em que se aplica uma taxa de 75% e, de um coeficiente de 15% sobre os passivos elegíveis em moeda estrangeira, exceptuando os depósitos do Governo Local e Central em que se aplica uma taxa de 100%

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos em carteira a 31 de Dezembro de 2015 são Bilhetes do Tesouro do Estado Angolano em Akz, com valor nominal de 20.000 milhares de Akz, custo de aquisição de 19.128 milhares de Akz e juros corridos de 412 milhares de Akz. A taxa de juro média é da 9.35%.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de títulos e valores mobiliários encontra-se classificada como títulos mantidos até ao vencimento, de acordo com a política contabilística descrita na nota 3.4.

6. Crédito a clientes

Em 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Milhares Akz
Moeda Nacional	2015
Crédito empresas	175.000
Juros corridos	133
CRÉDITO A CLIENTES BRUTO	175.133
Provisões para crédito	-1.751
CRÉDITO A CLIENTES LÍQUIDO	173.382

A 31 de Dezembro de 2015, a carteira de crédito a clientes é composta apenas por dois créditos concedidos ao sector imobiliário. As operações de crédito foram classificadas pelo Banco inicialmente com nível de risco B tendo conseqüentemente um nível de provisionamento de 1%.

A 31 de Dezembro de 2015, não existem capital ou juros vencidos.

7. Outros valores

A 31 de Dezembro de 2015, o saldo da rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	Milhares de Akz
Outros Valores	2015
Adiantamento a accionistas	250.000
Adiantamento a fornecedores	239.091
Operações a regularizar com bancos	37.461
Outros	6.081
Total	532.633

O saldo da rubrica de adiantamentos a accionistas é constituído por 250.000 milhares de Akz de adiantamento pelo Banco a fornecedores de despesas de constituição do Banco anteriores à data de início da operação a liquidar pelos accionistas durante o primeiro semestre de 2016.

O saldo da rubrica de adiantamento de fornecedores diz respeito (239.091 milhares de Akz) ao adiantamento de valores para a construção da agência de Malange.

Na rubrica operações a regularizar com bancos estão contabilizados os saldos pendentes em outras instituições de crédito nacionais que foram regularizados durante o primeiro trimestre de 2016.

8. Imobilizações

Em 31 de Dezembro de 2015 o imobilizado do banco decompõem-se da seguinte forma:

Milhares de AKZ			
2015	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imobilizações financeiras	41.337	0	41.337
EMIS	41.237	0	41.237
ABANC	100		100
Imobilizado corpóreo	120.799	(25.650)	95.149
Mobiliário e material	40.577	(3.676)	36.901
Máquinas de uso administrativo	13.116	(1.893)	11.223
Equipamento informático	45.465	(11.187)	34.278
Instalações e interiores	1.464	(122)	1.342
Equipamento de transmissão	1.077	(214)	863
Equipamento de transporte	16.740	(8.463)	8.277
Património artístico	509	(34)	475
Outros equipamentos	1.851	(61)	1.790
Imobilizado incorpóreo	301.059	(40.266)	260.793
Sistema de tratamento de dados	240.210	(33.619)	206.591
Despesas de constituição	9.552	(6.648)	2.905
Benfeitora em imóveis de terceiros	720	0	720
Marcas e patentes	50.577	0	50.577
Total imobilizado	463.195	(65.916)	397.279

9. Depósitos de clientes

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de depósitos de clientes tem a seguinte composição:

	Milhares de AKZ
Depósitos em moeda nacional	2015
Depósitos à ordem	265.300
Depósitos a prazo	33.648
Total	298.948

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica depósitos de clientes é composta por m Akz 144.221 referente a depósitos de clientes do sector empresarial, sendo de m Akz 154.727 de depósitos de clientes privados.

Em 31 de Dezembro de 2015, os depósitos a prazo em moeda nacional venciam juros às taxas médias anuais de 5,98%.

10. Obrigações no sistema de pagamentos

Em 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica têm a seguinte composição:

	Milhares de Akz
Obrigações no sistema de pagamentos	2015
Cheques e ordens a pagar	406
Outros passivos a regularizar	850
Total	1.256

A rubrica cheques e ordens a pagar representa, essencialmente, o valor por compensar com a integração do informação da EMIS.

A 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de outros passivos a regularizar representa o valor das ordens de pagamento pendentes de liquidação, decorrentes da actividade normal do Banco.

11. Outras obrigações

Em 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Milhares de AKZ
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2015
Outras Obrigações de Natureza Fiscal	874
Outras obrigações de natureza cível	59.118
Outras Obrigações de Natureza Administrativa	23.321
Total	83.313

As outras obrigações de natureza cível dizem respeito a saldos a liquidar junto de fornecedores.

12. Fundos próprios

Em 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Milhares de AKZ
Fundos Próprios	2015
Capital social	1.250.000
Aumento de capital	814.697
Resultado do período	-979.706
Total	1.084.991

O capital social subscrito aquando da constituição do Banco em 2013, ascendeu a mAkz 1.250.000.

A estrutura accionista do Banco a 31 de Dezembro de 2015 é a que se segue:

Accionistas	Participação
Hélder Marcos Nunes da Silva	20%
Joana da Paixão Franco	20%
João Henriques Pereira	20%
Manuel João Fonseca	20%
Valdomiro Minoru Dondo	20%

Ao longo de 2015, verificaram-se aumentos de capital no montante de mAkz 814.697, perfazendo, a 31 de Dezembro de 2015, o valor de mAkz 2.064.697.

A depreciação da moeda e a conjuntura económico-financeira menos favorável tiveram um papel decisivo no ano de 2015, condicionando a operacionalização do modelo de negócio do banco. Assim, o Banco estabeleceu um plano de negócios que culminará com um aumento de capital de até mAkz 2.950.000 a realizar no exercício de 2016.

13. Margem financeira

Em 31 de Dezembro de 2015, esta rúbrica decompõe-se como se segue:

	Milhares de Akz
	2015
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	11.392
Proveitos de Aplicações de Liquidez	9.696
Proveitos de Títulos e valores mobiliários	894
Proveitos de Créditos	802
(-) Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	-431
Custos de Depósitos	-431
MARGEM FINANCEIRA	10.961

14. Custos com pessoal

Em 31 de Dezembro de 2015, esta rúbrica decompõe-se da seguinte maneira:

	Milhares Akz
Custo Com o Pessoal	2015
Retribuição Base	218.212
Subsídios	59.611
Segurança Social	13.844
Outros custos	208
Total	291.875

Em 31 de Dezembro de 2015, o montante reconhecido como custos com pessoal inclui todos os custos incorridos desde o desenvolvimento e projecção do Banco (cerca de 40% destes custos não serão recorrentes nos próximos exercícios se mantido o mesmo nível de actividade).

15. Fornecimentos de Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Milhares Akz
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	2015
Comunicações	33.437
Água e Energia	165
Transportes, Deslocações e Alojamentos	15.181
Publicações, Publicidade e Propaganda	400
Segurança, Conservação e Reparação	16.218
Auditorias, Consultorias e Out. Serv, Téc.	534.623
Seguros	4.685
Rendas e Alugueres	14.591
Materiais Diversos	11.578
Outros Fornecimentos de Terceiros	42
Total	630.920

Em 31 de Dezembro de 2015, o montante reconhecido como custos com fornecimentos e serviços de terceiros, nomeadamente em consultorias e serviços técnicos inclui todos os custos incorridos com o desenvolvimento e projecção do Banco que não serão recorrentes nos próximos exercícios se mantido o mesmo nível de actividade.

16. Saldos com entidades relacionadas

A 31 de Dezembro de 2015 não existem saldos com entidades relacionadas.

17. Balanços por moeda

A 31 de Dezembro de 2015 o Banco não tem saldos no balanço em moeda estrangeira materialmente relevantes.

18. Eventos subsequentes

Entre 31 de Dezembro de 2015 e a data de aprovação das demonstrações financeiras, não ocorreram factos relevantes que tenham influenciado a posição patrimonial e os resultados do banco.

Relatório do Auditor Externo



Ao Conselho de Administração do
Banco de Investimento Rural, S.A.

Relatório do Auditor Independente

Relatório sobre as Demonstrações Financeiras

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Investimento Rural, S.A. que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2015 que evidencia um total de 1.469.126 milhares de Kwanzas, e um capital próprio de 1.084.991 milhares de Kwanzas, o qual inclui um resultado líquido negativo do período de 28 de Fevereiro a 31 de Dezembro de 2015 no montante de 979.706 milhares de Kwanzas, a demonstração de resultados, a demonstração de alterações nos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 28 de Fevereiro a 31 de Dezembro de 2015, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Angola para o sector bancário, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao efectuar essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco de Investimento Rural, S.A., em 31 de Dezembro de 2015 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa no período de 28 de Fevereiro a 31 de Dezembro de 2015 de acordo com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Angola para o sector bancário.

Por PricewaterhouseCoopers (Angola), Lda

Ricardo Santos

Ricardo Santos
Partner

Luanda, 24 de Março de 2016

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas

do Banco de Investimento Rural, S.A.

Nos termos da Lei e do mandado conferido ao Conselho Fiscal do Banco de Investimento Rural, S.A., em conformidade com o artigo 28º e alínea g) do Artigo 30º dos seus estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida, bem como, o parecer sobre o balanço, as demonstrações de resultados e os anexos apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

1. O Conselho Fiscal acompanhou com a periodicidade e extensão que considerou adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos reports contabilísticos e financeiros e o cumprimento das normas legais e estatutárias. Foram obtidas, sempre que solicitadas, as informações adicionais esclarecedoras do Conselho de Administração em reuniões informais que foram mantidas com este órgão e com os responsáveis dos serviços de contabilidade.
2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício, recolheu informação sobre o relacionamento do Banco, com a Direcção de Supervisão do Banco Nacional de Angola e a Administração Geral Tributária do Ministério das Finanças, no cumprimento das obrigações legais.
3. Ao longo do exercício, o Conselho Fiscal reuniu com o Auditor Externo para acompanhar os trabalhos por este desenvolvido e esclarecer dúvidas que se lhe tivessem deparado na fundamentação da sua opinião, da qual concordamos.
4. O Conselho Fiscal apreciou o relatório do controlo interno, bem como o relatório de "Governança Corporativa e Sistema de Controlo Interno de 2015", tendo emitido o parecer favorável.
5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015:
 - O Balanço, as Demonstrações dos Resultados e de alterações no capital próprio e respectivos Anexos;
 - O Relatório de Gestão preparado pelo Conselho de Administração;

São adequados à compreensão da situação patrimonial do banco e à forma como se desenvolveu a actividade no exercício.

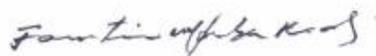


6. Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, bem como a proposta nele expressa.
- Aprove as Contas e a Aplicação do Resultado relativas a 2015,

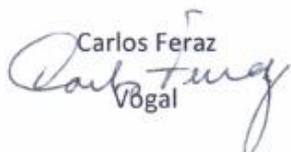
Luanda, 15 de Março de 2015

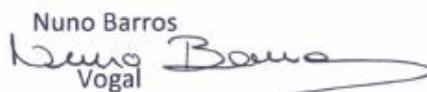
O Conselho Fiscal



Faustino Mpemba Madia

Presidente

Carlos Feraz

Vogal

Nuno Barros

Vogal

